

PROPOSTAS PARA XII CONFERÊNCIA

EIXO 1

A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

Número	Município	Estado	União
01	Fortalecer o alinhamento entre as políticas públicas (assistência e educação), através de discussões sistemáticas, na identificação de gênero, ainda na infância/adolescência, de modo a trabalhar o fortalecimento das famílias e/ou comunidade na estruturação quanto à aceitação da opção, colaborando na prevenção de possíveis violências domésticas e sociais de gêneros.	Aumentar o acesso aos profissionais do SUAS às capacitações e treinamentos que possibilite melhor interação frente às demandas da atualidade.	Aumentar recurso orçamentário, a fim de financiar programas e projetos.
02	Implementar equipe própria para Vigilância socioassistencial territorial para realizar estudos e diagnósticos dos territórios com maior índice de vulnerabilidade para garantir o acesso à proteção básica e ou especial.	Provocar parcerias efetivas para grupos mais vulneráveis com interação de outras políticas para que possamos alcançar a garantia dos direitos na educação, saúde, segurança alimentar, nutricional, geração de emprego e renda, política de habitação, que possam garantir autonomia aos nossos usuários.	Implementar novas formas de redução das desigualdades sociais através de políticas de emprego e renda para que um percentual das vagas seja destinado às pessoas com maior vulnerabilidade e que as próprias empresas garantam acesso à capacitação que se fizer necessário.
03	Fazer o repasse do benefício eventual cesta básica, através de vale alimentação para que o usuário possa ter liberdade de escolha, possibilitando sua autonomia.	Provocar o Governo Federal com objetivo de aumentar o valor de renda a ser transferido para cada família - Programa Bolsa Família.	Garantir que 100% das famílias pobres e extremamente pobres tenham acesso ao Programa Bolsa Família.

EIXO 2

Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Número	Município	Estado	União
01	Garantir em Legislação a fixação de percentual de 5% a 8% de repasse financeiro para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	Garantir em Legislação a fixação de percentual mínimo em 10% de repasse financeiro para o SUAS.	Reduzir para 8 anos o prazo da Emenda Constitucional 95/2016 que limita por 20 anos os gastos públicos (pois ainda teremos os reflexos da pandemia nos próximos anos).
02	Garantir melhorias na infraestrutura física dos equipamentos e ampliação do quadro de RH de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011 e Resolução CNAS nº 09/2014 para completar as equipes de referência que executam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS em âmbito municipal.	Aumentar o valor do investimento financeiro anual repassado para o Fundo de Assistência Social através do Piso Mineiro Fixo de Assistência Social e reajustar anualmente.	Garantir em Legislação a fixação de percentual mínimo em 10% de repasse financeiro para o SUAS.
03	Implantação da Vigilância socioassistencial.	Disponibilizar Convênios que visem a transferência de recurso financeiro de investimento ao FMAS para obras/construção dos equipamentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.	Criar Bloco de Financiamento para OSC de modo a garantir a transferência de recurso financeiro por meio de parcerias para as Entidades Socioassistenciais que complementam as ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios sem que haja prejuízo do recurso repassado utilizado na execução direta do SUAS.

EIXO 3

Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

Número	Município	Estado	União
01	Criar um Centro de atendimento para pessoas especiais com multiprofissionais especializados nos atendimentos, para a melhoria, ampliação e agilidade nos atendimentos e acompanhamentos necessários.	Ofertar dentro das escolas as oficinas de capacitação, cursos profissionalizantes, visando o primeiro emprego.	Criar CONDICIONALIDADE aos responsáveis beneficiários do Bolsa Família como: capacitação, cursos profissionalizantes, oficinas e outros, com vista ao mercado de trabalho.
02	Criar Fóruns regulares nos territórios com a participação da população para viabilizar a divulgação dos serviços, programas e projetos do SUAS, além de criação de melhorias.	Estimular a criação da Comissão Social em outros municípios.	Criar novos critérios para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada-BPC, visando o aumento de renda per capita para um (1) salário mínimo para as pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos.
03	Criar uma Comissão Social composta por líderes comunitários de cada bairro com o objetivo de Controle Social das demandas das Políticas Sociais.	Efetivar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, a fim de melhorar os serviços ofertados aos usuários.	Criar espaços na comunidade escolar para que os alunos ajudem na construção de propostas e ideias sobre temas sociais.

EIXO 4

Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

Número	Município	Estado	União
01	Transformar o benefício da Cesta básica em Cartão Vale Alimentação.	Capacitação permanente para os Trabalhadores do SUAS, atentando para as inovações que atingem a Assistência Social.	Retomada de investimentos da Política de Assistência Social em todos os níveis da proteção social e revogação da Emenda Constitucional 95.
02	Criar o Departamento de Vigilância Socioassistencial e Educação Permanente dos Trabalhadores da rede pública e privada do SUAS, atentando para as novidades inerentes a Assistência Social.	Efetivar a instalação da Diretoria Regional da SEDESE no município de Pouso Alegre.	Estabelecer per capita familiar de 25% do salário mínimo para concessão de benefícios de transferência de renda, exceto para o BPC.
03	Divulgação dos serviços e benefícios oferecidos de forma clara e contínua para que a população se aproprie dos Direitos que Política de Assistência Social oferece.	Instituir em âmbito estadual o benefício de transferência de renda.	Reduzir para 60 anos a idade de solicitação do BPC Idoso.

EIXO 5

Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Número	Município	Estado	União
01	Criar um plano emergencial municipal para o enfrentamento das situações que se caracterizam como situação de calamidades pública e emergência.	Criar um plano emergencial estadual para o enfrentamento das situações que se caracterizam como situações de calamidade pública.	Criar um plano emergencial federal para o enfrentamento das situações que se caracterizam como situações de calamidade pública.
02	Criar Fundo municipal e o Conselho Municipal de enfrentamento as situações de calamidade pública com a participação das políticas públicas sociais, econômicas de forma paritária.	Criar o Conselho Estadual de enfrentamento das situações de calamidade pública com a participação das políticas públicas sociais e econômicas regidas pelo Estado de forma paritária.	Criar Conselho Federal de enfrentamento das situações de calamidade pública com a participação dos ministérios que envolvem as políticas sociais e econômicas de forma paritária.
03	Oferecer cursos de capacitação aos trabalhadores do SUAS em relação a atuação desses trabalhos no enfrentamento às situações de calamidade pública e emergências.	Criar o Fundo Estadual de enfrentamento as situações de calamidade pública.	Firmar e/ou reafirmar a política de Assistência Social como serviço prioritário e de relevância a comunidade e principalmente nos momentos de calamidade e emergências priorizando os trabalhadores do SUAS como público prioritário para vacinas e outros meios necessários para proteção e segurança dos mesmos e conseqüentemente dos usuários atendidos pelos trabalhadores.